DÍVIDA PÚBLICA — EMISSÃO DE APÓLICES — TAXA DE JUROS

— *A fixação da taxa de juros de apólices da dívida pública deve constar de lei e não de decreto executivo.*

— *Interpretação da Lei n.º 1.224, de 1950.*

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PROCESSO P. R. N.º 33.056-55

Presidência da República. Consultoria Geral da República. E. M. n.º 56, de 15 de fevereiro de 1957. Encaminha o Parecer n.º 212-Z, sobre a restitui-

ção de bens, em apólices, a súditos do Eixo. "Aprovado. Em 8-5-57". (Rest. proc. ao M. F., em 9-5-57).

*

PARECER

Trata-se da restituição de bens a súditos do Eixo, na forma dos seguintes dispositivos da Lei n.º 1.224, de 4 de novembro de 1950:

“Art. 1.º Os bens pertencentes a alemães, pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas ou estabelecidas no Brasil, ficam liberados dos encargos e que se tornarem sujeitos pelos Decreto-lei n.º 4.166, de 11 de março de 1942.

.....
§ 2.º Se os bens liberados consistirem em dinheiro e houverem sido ou tiverem de ser recolhidos ao Fundo de Indenização, criado pelo referido Decreto-lei n.º 4.166, a devolução dêles aos respectivos proprietários far-se-á em títulos da Dívida Pública Federal, emitidos na forma do art. 12 desta lei.

.....
Art. 12. E' o Poder Executivo autorizado a emitir, para ocorrer aos pagamentos determinados por esta lei, até a quantia de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), títulos da Dívida Pública do valor nominal, cada um, de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros), devendo as condições da emissão ser estabelecidas no respectivo decreto”.

Atendendo à solicitação do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, cumpre a esta Consultoria Geral da República opinar sobre a minuta do Decreto a que se refere a parte final do último dispositivo transcrito, na qual se destaca o § 1.º do art. 1.º, *in verbis*:

“As apólices serão do tipo “Diversas Emissões”, ao portador, do valor nominal unitário de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) e vencerão juros à taxa de 5% ao ano”.

Impugnou a minuta a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, alegando a caducidade da vigência do crédito aberto pelo já citado art. 12 da Lei n.º 1.224, de 1950, porque não utilizado pelo Poder Executivo dentro do prazo de dois exercícios, conforme determinação do Código de Contabilidade da União (art. 80, § 3.º), da Lei n.º 179, de 9-1-1936, e dos Decretos-leis ns. 11, de 24 de no-

vembro de 1937, e 9.371, de 17 de junho de 1946.

Dêsse pronunciamento, sufragado, a princípio, pela Junta Administrativa da Caixa de Amortização, discordou a Contadoria Geral da República, esclarecendo se não aplicarem à hipótese os mandamentos legais de que se valeu a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, rendendo ensejo à revisão do seu parecer o mencionado colégio administrativo do Ministério da Fazenda, que opinou, afinal, pela expedição do Decreto.

Não há, realmente, como falar em caducidade de crédito.

Conforme expressa declaração de seus próprios textos, somente aos créditos extra-orçamentários ou adicionais, falando-se, com a devida vênia, se endereçam os dispositivos e diplomas legais invocados pela douta Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Ora, o art. 12 da Lei n.º 1.224, de 1950, cogita de uma *operação de crédito real* na técnica do Regulamento Geral de Contabilidade Pública (art. 179, § 1.º, b), a qual é receita extraordinária prevista pelo orçamento (vejam-se o art. 73, § 1.º, n.º I, da Constituição federal, e de Plácido e Silva, *Noções de Finanças e Direito Fiscal*, São Paulo, 3.ª ed., pág. 135).

Ao parecer desta Consultoria Geral da República deve, entretanto, ser enjeitada a minuta em estudo.

Silenciando, como fez, a Lei n.º 1.224, de 1950, sobre a taxa de juros para as apólices cuja emissão autoriza, não pode estipulá-la o Poder Executivo por meio de um decreto (*power of ordinance*), pois é atribuição do Poder Legislativo “dispor sobre a dívida pública federal e os meios de solvê-la”, na forma do disposto ao art. 65, inciso III, da Constituição federal.

Nem se argumente, em contrário, com a parte final do art. 12 da Lei: “devendo as condições da emissão ser estabelecida no respectivo decreto”.

Por condições da emissão se deve entender a expedição de títulos ou cautelas, seus tipos e modelos, etc., não a taxa de juros, pois o serviço dêstea-

como bem salienta Carlos Maximiliano, pode exigir agravação de impostos” (*Com. à Constituição de 1946*, vol. II, Rio, 1948, pág. 141), matéria de competência do Poder Legislativo (arts. 15 e 65, II, da Constituição).

Quando a outra interpretação visasse a cláusula legal em aprêço, incidiria na delegação de poderes vedada pela nossa Constituição (art. 36, § 2.º). “O Poder Legislativo é que decide como devem ser pagas as dívidas públicas e as delegações a respeito são proibidas como outras quaisquer”, — eis o escólio de Pontes de Miranda, ao inciso III do art.

65, da Constituição de 1946 (*Comentários à Constituição de 1946*, vol. II, Rio, 1.ª ed., pág. 62).

A Lei n.º 1.224, de 1950, omitindo a taxa de juros das apólices, cuja emissão autoriza, contém grave lacuna que só pode e deve ser preenchida por outra lei, a fim de aquela ser executada.

Pelo exposto, opina esta Consultoria Geral da República pela não aprovação da minuta.

Salvo melhor juízo.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1957. — *A. Gonçalves de Oliveira*, Consultor Geral da República.